

OAB recebe Anffa Sindical e demais entidades para consolidar propostas de emenda à reforma previdenciária

Representado pelos diretores José Luiz Castilhos (Diretoria de Aposentados e Pensionistas), Ismael Vital de Souza (Departamento de Planejamento Estratégico) e Ronaldo Romney (Departamento de Administração), o Anffa Sindical participou, dia 31 de janeiro, de uma reunião no Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília, para consolidação de propostas de emenda à PEC 287/2016, que trata da Reforma da Previdência.

"As cifras que são citadas pelo Governo no que diz respeito aos desvios públicos são algo absolutamente inaceitável e representam exatamente aquilo que está faltando hoje na segurança, saúde, educação e na Previdência Social. Portanto, a sociedade brasileira tem que enfrentar a questão do déficit ou não da Previdência", defendeu o presidente nacional da OAB, Cláudio Lamachia, ao lembrar que o tema merece um amplo debate.

Diante da presença de representantes de diversas centrais sindicais, federações, confederações, conselhos, e dos deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), Carlos Gomes (PRB/RS) e Erika Kokay (PT-DF), Lamachia reforçou, ainda, o enten-

A PREVIDÊNCIA

É NOSSA!

União Contra a Reforma

dimento de que não existe rombo previdenciário. "Nós entendemos que não há déficit na Previdência Social. Essa caixa preta tem que ser aberta e a sociedade tem que saber exatamente isso. A única maneira de termos de fato transparência em um debate como esse é envolvermos a sociedade civil organizada. O nosso Congresso Nacional haverá de saber exatamente que esse debate passa pela sociedade brasileira", enfatizou.

Durante o evento os participantes assistiram um vídeo com a pré-divulgação do estudo "Previdência: Reformar para Excluir?", do economista da Unicamp, Eduardo Fagnani.

Trabalho conjunto – As emendas resultantes do trabalho das comissões criadas pelo Fonacate contra a Reforma da Previdência, também já foram concluídas. Compostas

pelos entidades ligadas ao Fórum, as comissões (Jurídicas, Técnica, Parlamentar, de Comunicação, de Mobilização e Financeira) têm um papel fundamental não só nas sugestões legislativas à matéria, mas na divulgação desta campanha à mídia e à sociedade. O Anffa Sindical integra duas comissões: A de Comunicação e a Parlamen-

tar.

As entidades discutiram e aprovaram 15 propostas de emendas. O próximo passo será organizar um documento que será distribuído a todas entidades. Outros encontros ocorrerão para discutir e definir as projeções da Reforma da Previdência.

"A iniciativa de debate partiu do nosso Sindicato junto às entidades do Fonacate. Esperamos, a partir deste trabalho conjunto, que os demais setores da sociedade e os parlamentares, sejam esclarecidos sobre os prejuízos que essa reforma podem acarretar aos trabalhadores, penalizando-os sem ao menos a chance de diálogo", enfatizou o presidente do Anffa Sindical, Maurício Porto.

Trabalho do GT de modernização do RIISPOA está disponível

Se encontra no site do Sindicato o trabalho oriundo do GT institucional, criado pela Portaria 193 de 26 de setembro de 2016, para revisão do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA).

Sindicato será *amicus curiae* em ação contra a terceirização

O TRF da 1ª Região decidiu admitir o Sindicato como *amicus curiae*, na ação civil pública em trâmite no Estado do Mato Grosso, referente à acordo de cooperação no estado relacionado à terceirização das atividades realizadas pela categoria.

AFFAs e outras quatro carreiras se unem pela regulamentação da indenização de fronteiras

Representantes do Anffa Sindical e de mais quatro carreiras (Sindireceita - Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil, Fenapef - Federação Nacional dos Policiais Federais, Fenaprf - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais e Sinait - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho) retomaram, dia 7 de fevereiro, os debates em prol da regulamentação da Lei sobre a Indenização de Fronteiras (Lei Nº 12.855/2013).

“Estamos enfrentando dificuldade para trabalhar qualquer pauta que envolva oneração, por isso temos que saber trabalhar, especialmente, com parlamentares que tenham envolvimento com estados e localidades de fronteiras para, assim, fortalecermos uma bancada de apoio, pois não podemos nos esquecer que a matéria não passa apenas pelos quatro Ministérios envolvidos, mas permeia na Casa Civil da Presidência da Repúbli-



ca”, ressaltou o presidente do Anffa Sindical, Maurício Porto”.

Até o fechamento desta edição, uma nova reunião, ainda em fevereiro, deliberaria as primeiras ações conjuntas do grupo.

Sindicato divulga trabalho de modernização do RIISPOA

O trabalho oriundo do GT institucional, criado pela Portaria 193 de 26 de setembro de 2016 para revisão do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária

de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), já está disponível para os filiados no site do Sindicato.

Após conclusão do trabalho, o ma-

terial seguiu para Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura e já se encontra no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), porém com acesso restrito.

Sindicato debate projetos de interesse dos servidores na Câmara

Os diretores Alfredo Dantas (Relações Institucionais) e José Luiz Castilhos (Aposentados e Pensionistas) participaram, em fevereiro, de reunião promovida pela deputada Erika Kokay (PT/DF) e pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, para debater diversos Projetos de Lei de interesse dos servidores públicos.

Dentre os PL discutidos, a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da negociação coletiva no serviço público; o PL 4497/01, que dispõe sobre os termos e limites do exercício do direito de greve pelos servidores públicos; o PL 6764/13, que trata das práticas de assédio moral e abuso de autoridade no âmbito da Administração

Pública Federal direta e indireta; o PL 252/03, que dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos; e a PEC 287/15, que trata sobre a Reforma da Previdência.

“O objetivo foi fazer um levantamento e avaliar o andamento dessas matérias, assim como estratégias que proporcionem mais debate sobre esses pontos”, afirma Dantas.

Comissão Eleitoral divulga prazo para inscrição de chapas

A Comissão Eleitoral constituída para conduzir as eleições sindicais deste ano informa que o registro das candidaturas para os cargos das Diretorias-Executivas das Unidades de Federação, das Seções Sindicais e do Conselho Fiscal deve ocorrer no período de 24 de julho até o dia 14 de agosto.

Os documentos necessários, que

serão divulgados pela junta em meados de março, logo após aprovação do regulamento eleitoral, estarão disponíveis no site do Sindicato.

Atualização cadastral - Para que todos possam participar plenamente deste momento tão importante e vital para a categoria é necessário que o cadastro esteja atualizado junto ao Sindicato. Desta forma,

será possível informar aos colegas de todos os acontecimentos que permeiam os interesses dos filiados.

Para isso, basta acessar o menu superior do site do Anffa Sindical intitulado “área do filiado” e clicar em “atualização cadastral”. Caso não consiga, entre em contato pelo e-mail: cadastro@anffasindical.org.br

Campanha de valorização busca atenção de lideranças políticas

Após a campanha de valorização da Carreira de AFFA (Auditor Fiscal Federal Agropecuário) veicular com foco específico para a Carreira, no ano passado, será a vez de a classe política estar no foco da iniciativa do Anffa Sindical.

A partir deste mês será a vez de os governantes conhecerem, por meio de peças publicitárias promovidas pelo Sindicato, um pouco mais das atividades e da importância da Carreira para a segurança alimentar do país.

O material audiovisual faz uma crítica à tentativa de terceirização das atividades de fiscalização de produtos de origem animal. “Do campo à mesa, os Auditores Fiscais Federais Agropecuários zelam pela qualidade de vários alimentos pelo país. Não deixe que esse direito seja tomado de você”, diz o presidente do Anffa Sindical, Maurício Porto, no vídeo.

A exibição já está em curso e será feita novamente em setembro na grade da programação regular da TV aberta (sucursal da Globo Brasília) e também de canais pagos por assinatura (GloboNews). Porém, novas inserções poderão ocorrer ao



Maurício Porto
Presidente do ANFFA Sindical

longo do ano de acordo com necessidade, em função do andamento do PL 334/15, que trata da terceirização, no Congresso Nacional. As datas serão adequadas para atender a essa necessidade.

Já os outros recursos de comunicação voltados à classe política seguirão apenas a programação de veiculação dentro dos meses de fevereiro e setembro. É o caso do spot que será veiculado em alguns programas da rádio CBN Brasília, assim como banners em veículos de comunicação on line (sites da editora Globo, portal de notícias G1-DF e revista Veja), que remeterão ao hotsite desenvolvido especialmente para a campanha.

“O foco nos parlamentares tem o objetivo de sensibilizá-los para essa importante questão e, também, de aumentar o reconhecimento e valorizar o trabalho dos Auditores Agropecuários, por eles e pela população. A participação dos AFFAs será fundamental para alcançarmos essa meta, compartilhando as peças e nos ajudando a conseguir o apoio da população, seja enviando mensagens aos parlamentares, seja re-compartilhando nossas peças e levando a nossa causa a um número ainda maior de cidadãos”, disse o diretor de Comunicação e Relações Públicas do Sindicato, Roberto Siqueira Filho.

(alimentacaosegura.anffasindical.org.br)



Sindicato é admitido como *amicus curiae* em ação contra a terceirização

OTribunal Regional Federal da 1ª Região decidiu pelo deferimento do pedido formalizado pelo Anffa Sindical para admissão, como *amicus curiae*, na ação civil pública em trâmite no Estado do Mato Grosso, referente à acordo de cooperação no estado relacionada à terceirização das atividades realizadas por AFFAs (Auditores Fiscais Federais Agropecuários).

A motivação do juiz federal da 1ª Vara do Estado, Ciro José de Andra-

de Arapiraca, foi a consideração da “relevância da matéria, relativa ao desempenho da atividade fiscalizatória de produtos de origem animal por pessoas aprovadas em concurso público; assim como, a representatividade adequada, por se tratar de entidade sindical que congrega os servidores da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, nos termos do art. 138 do CPC [Código de Processo Civil]”.

A decisão da Justiça é considerada exitosa, uma vez que na condição

de *amicus curiae*, o Anffa Sindical poderá contribuir com a ação, participando ativamente do processo, como em audiências e outras manifestações (escritas ou orais) judicialmente convenientes para a solução do caso.

A intenção é contribuir na tomada de uma decisão da Justiça que venha a compelir a União a desfazer acordos e convênios de cooperação técnica com estados e municípios.

Novas investidas – Além de poder acompanhar de perto a tramitação da ação civil pública em trâmite no Mato Grosso, o Sindicato pleiteia ainda acompanhamento, também como amicus curiae, na ação em curso na 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Esta, por sua vez, tem abrangência nacional, ressaltados os estados em que possuem ações civis públicas, como MT e SC.

No pedido, protocolado no dia 27 de janeiro, o Sindicato, representado pelo escritório de advocacia Torreão Braz, ressalta que a sua representatividade “está relacionada à sua própria identidade funcional, à sua natureza e à sua finalidade estatutária, aptas a qualificá-la como pessoa jurídica capaz de contribuir para o aprimoramento da resolução da controvérsia”.

Mais adiante, um dos trechos reforça que “a participação do Anffa Sindical como amicus curiae contribuirá para o aperfeiçoamento da tutela jurisdicional, especialmente importante no caso concreto, em razão da natureza dos interesses e dos direitos me-taindividuais envolvidos”. O pedido do Sindicato segue pendente de julgamento.

ESPAÇO DO APOSENTADO E PENSIONISTA

POR: JOSÉ LUIZ CASTILHOS

O novo teto do INSS a partir de janeiro de 2017 é de R\$ 5.531,31. Este valor serve para calcular o montante que os aposentados e pensionistas pagarão para a Previdência. Para este montante, a alíquota para recolhimento ao INSS será de 11%.

- Em outra oportunidade, que já falamos, a reforma da Previdência está aí. Como foi apresentada pelo Governo, ela é super cruel para todos nós. Temos de estar muito unidos e fazer muita pressão para amenizar os prejuízos que ela nos trará. Conclamamos a todos os colegas para se juntarem e comparecerem em todos os eventos contrários à pretendida Reforma.

- O nosso Sindicato está trabalhando juntamente com as outras entidades para que não seja aprovada a proposta ou, na pior das hipóteses, que sejam amenizados os prejuízos.

- O Governo fala em “rombo”, déficit, e nós falamos em 11 bilhões de reais de saldo positivo na Previdência (dados da Anfip).

- Com a aprovação da DRU (Desvinculação de Receitas da União), o dinheiro da Previdência é desviado para o pagamento de outras despesas. Por este motivo e muitos outros é que alguns acham que ela é deficitária.

- Algumas carteirinhas de aposentados e pensionistas do Anffa Sindical retornaram por endereço incorreto ou por motivo de ausência, quando da entrega dos Correios. Estamos reenviando, via Delegacia Sindical, e aqueles que mudaram de domicílio deverão se recadastrar.

- Quando é a hora certa de parar (aposentar) e começar um novo ciclo de vida:

-quando não se consegue mais

acompanhar o crescimento da sua atividade;

-Quando surgem sinais de fadiga física;

-Quando seus colegas começam a achar que você atrapalha;

-Quando você não consegue mais ouvir bem o que os outros dizem;

-Quando também os outros não escutam mais você;

- A aposentadoria marca um novo período produtivo, do ponto de vista pessoal.

- *“Não podemos se entregá pros home (...) não tá morto quem peleia (...)” (Leopoldo Rassier)*

José Luiz Castilhos

Diretor de Aposentados e Pensionistas

E-mail: aposentados@anffasindical.org.br

Fone: (61) 99135-0867